

DOM EURICO DIAS NOGUEIRA

José Duarte Nogueira

1. Por falta de distanciamento histórico não é provavelmente ainda o momento para reflectir globalmente sobre o contributo de Dom Eurico Dias Nogueira, recentemente falecido na condição de Arcebispo Emérito de Braga, para o Estado Democrático e Social em Portugal no século XX. Quando o tempo e a leitura atenta dos inúmeros textos da sua autoria, publicados ou por publicar, o permitirem, alguém eventualmente o fará. Não eu certamente, porque a proximidade familiar sempre diminuiria a objectividade necessária. De momento, estas linhas, escritas sob a pressão de um prazo muito curto de breves dias, não são mais que pistas cuja validade não ultrapassa a sugestão.

2. O percurso interventivo de Dom Eurico Dias Nogueira ao serviço da Igreja e da sociedade portuguesa situa-se essencialmente entre 1945¹ e 1999². A vida, na sua totalidade, decorreu entre 1923³ e 2014⁴, identificando-se a fase da formação académica de nível médio e seminarial entre 1933 e 1945⁵ e a da formação de nível superior entre 1945 e 1955⁶.

Atravessou, portanto, décadas marcantes para o mundo e para Portugal. Foi conhecedor profundo e, não raro, interveniente, ao menos indirecto, em eventos da maior importância ocorridos no país; noutros foi figurante ou mero observador, ainda que sempre atento. Na fase final conheceu ainda o suficiente do século XXI para intuir as mudanças que a

¹ Ordenação sacerdotal em Dezembro deste ano.

² Ano da jubilação como Arcebispo de Braga.

³ Nascimento em 6 de Março de 1923.

⁴ Ano do falecimento.

⁵ Formação em Seminário.

⁶ Formação em Cânones em Roma e em Direito em Coimbra.

passagem ao terceiro milénio sugeriam, mas nas quais já não seria interventor.

Neste longo percurso temos por inegável o seu contributo para o Estado Democrático e Social em Portugal. A vários títulos e em diferentes momentos: enquanto participante no debate de ideias em torno da Doutrina Social da Igreja, ocorrido em Portugal na década de cinquenta e sessenta em confronto com outros quadros ideológicos, debate esse que ajudaria a moldar intelectualmente muitos dos que integraram mais tarde a elite intelectual portuguesa do terceiro quartel do século XX; enquanto interventor não irrelevante na complexa questão do Ultramar português na sua última década; por fim, enquanto observador e interveniente indirecto, na fase por vezes dramática que se seguiu à emergência da democracia em Portugal, já na condição de Arcebispo de Braga.

Em termos diversos consoante o momento, o seu contributo nunca foi negligenciável, sendo certo que a condição eclesiástica lhe impôs sempre a subordinação a princípios e objectivos não necessariamente coincidentes com os dos políticos em cada momento pontificantes e de parte da sociedade, obtendo por isso estima ou crítica mais ou menos virulenta em função das circunstâncias. Reacções que observou sempre com a atenção devida, mas sem nunca se deixar condicionar pela respectiva antecipação, evidenciando uma autonomia de pensamento e acção que não sendo rara na Igreja, não abunda tanto na sociedade civil.

3. A compreensão do contributo, independentemente da importância atribuída, como em qualquer análise histórica terá vantagem em ser sempre enquadrada numa sistemática prévia, sendo certo que esta, por ser instrumental e reflectir o particular ângulo de observação de quem a constrói, é questionável.

É apenas essa sistemática que nestas linhas nos propomos enunciar, distinguindo como momentos do seu percurso interventivo essencialmente três, norteados por diferentes preocupações de algum modo associadas à sua presença física em diferentes lugares. Distinção que não significa que a essas *unidades de estilo* não assistam traços comuns, os quais por existirem e se entrelaçarem permitem olhá-lo globalmente como coerente.

Identificamos como diferentes momentos os anos de 1956 a 1964, de 1964 a 1977 e de 1977 a 1999; a montante e a jusante encontra-se a fase de formação académica e a fase derradeira como Arcebispo Emérito.

4. Antes de delinear os respectivos contornos consideramos útil aflorar a época de formação académica, uma vez que foi nela que se desenharam os fortes elementos idiossincráticos da sua personalidade futura, sendo certo que no plano ético-religioso as raízes entroncavam no meio familiar e rural onde crescera e absorvera as primeiras letras.

Ente 1933 e 1945 – ano da ordenação sacerdotal – recebeu a formação laica e eclesiástica corrente própria de um jovem destinado à vida eclesiástica. Na fase final desse período formativo, já em Coimbra, mostrava algum fascínio pelo saber literário, filosófico e histórico – este último nunca o abandonaria – mesmo o situado fora da sua base natural de aprendizagem. A encíclica *Quadragesimo Anno*, revisora da *Rerum Novarum*, constituía então o fundamento doutrinário da formação social absorvida, mas isso nunca o impediria de aceder a outros textos, quando possível, em especial aos que se situavam em quadros distintos. Sentia vantagem, confessaria depois a alguém, em tentar conhecer o motivo pelo qual algumas correntes divergentes do pensamento da Igreja, pareciam tão atractivas a alguns aparentemente não privados de inteligência. Era difícil na época ler obras não politicamente autorizadas, mas ocasionalmente havia acesso a resumos, passagens ou partes, especialmente em meios jovens vocacionados para o conhecimento. Nunca se privaria de as ler quando o considerou justificado e mais tarde usaria as suas deslocações ao estrangeiro para mais rapidamente a elas aceder. Em particular a sua permanência em Itália a partir de Julho de 1945 para obtenção de grau em Direito Canónico, permitir-lhe-ia descobrir textos antes desconhecidos.

Essa seria, aliás, a época da sua abertura ao mundo. Abertura chocante em muitos aspectos, pois a ida para Itália no rescaldo imediato da Segunda Guerra Mundial revelou-lhe um mundo completamente estranho. Em múltiplos aspectos. Antes de mais um mundo destruído. Diria depois que a viagem por más razões foi instrutiva. Um mês após o fim do conflito as sequelas físicas da guerra não tinham ainda desaparecido e a viagem entre Lisboa e Roma feita de comboio, camioneta ou a pé quando alternativa não havia – a habituação a longas caminhadas vinha-lhe da infância na terra natal – levou quase um mês. Conduziu-os por partes da Europa impensáveis num percurso normal e obrigou-o, a ele e a seus companheiros – porque a viagem não a fez sozinho – a confrontar destruição e preservação, miséria profunda, pobreza remediada e alguma riqueza, desgraça total e felicidade aparente. Todas na medida do que se vivia então nos diversos recantos atravessados, acolhidos aqui e ali pelas estruturas eclesiásticas locais com que deparavam. Do país só conhecia a

miséria da fome, não usual na sua região de origem e rapidamente colmatada com o apoio da comunidade, quando ocorria. Imaginou o que teria sido a guerra em si, se o que via era já o não-guerra, imagem que lhe regressaria à mente quando confrontado com a realidade do Niassa. O seu país pareceu-lhe um paraíso perdido na distância. Valorizou então o facto de não ter entrado no conflito, mas ao mesmo tempo admirou a liberdade de pensamento e a tendência democrática que se desenhava nesse mundo destruído entre sombras de ditaduras, realidade que em modelo suave sabia no seu país.

A estadia em Roma permitiu-lhe consolidar o desejo de conhecimento. O acesso à informação, quer literária quer política, era bem maior que na pátria. Ao mesmo tempo que assimilava o Direito Canónico inteirava-se dos parâmetros político-ideológicos que atravessavam o continente, tendo oportunidade através da própria Igreja e da sociedade com que contactava diariamente – oscilante entre De Gasperi e Togliatti – de aceder a informação fidedigna sobre o que se passava na Europa de Marshall e nos territórios sob domínio soviético, *maxime* em relação à Igreja e à liberdade de expressão. A percepção da democracia enquanto valência não mais o deixaria, mas a doutrina de Pio XI ínsita na reforma da *Rerum Novarum*, enquanto forma de a concretizar veria reforçada a sua adesão. Por opção racional, a primeira, por coincidência entre a razão e a fé que já transportava, a segunda.

Desenvolvera-se entretanto na sua mente o interesse pela missão. Em parte pelo acesso a fontes históricas abundantes no Vaticano que mostravam o passado português. Consciente de que a dos livros não era já do presente – ao menos na Europa – admitiu-a contudo sob diferentes formas, na pátria, com objectivos renovados. Percebendo pela História que a missão antiga bem sucedida fora a que incluía também as elites e sabendo que as elites intelectuais se debateriam em Portugal com as mesmas dúvidas que assolavam o resto do continente, admitiu que poderia prosseguir-la localmente enquadrada sob a forma de debate, desde que conseguisse munir-se das armas adequadas. Compreendeu que a formação canónica não lhe chegaria. Bastaria para a vida dentro da Igreja mas não seria suficiente para chegar à sociedade civil. Precisaria de ter acesso a outras armas e para tal melhor não antevia senão as que decorriam da formação em Leis. Iria pois tentá-la se a sua hierarquia o apoiasse. Outros provavelmente já o tinham pensado antes por ele e quando regressou o caminho foi justamente o da formação jurídica civil na *alma mater* coimbrã.

Não sendo um neófito, o percurso académico fez-se com sucesso no tempo adequado, permitindo-lhe desenvolver o conhecimento da Academia. Da Academia em geral e em especial da parte jovem que se debatia entre a formação tradicional – da qual a religião era elemento integrante – e o laicismo de feição materialista em expansão e que procurava no debate político esteios onde ancorar as suas preocupações. Jurista de formação ampla – hoje diríamos de banda larga – culto, suficientemente conhecedor da literatura, da história e das ideologias com alcance social e político da época, mas fortemente balizado pela fé, capaz de relacionamento compatível com a faixa etária própria da generalidade do público académico, mal o curso terminou, a sua ligação ao CADC como assistente eclesiástico ocorreu naturalmente, tornando-se rapidamente num importante elo entre a dimensão cívica universitária e a dimensão religiosa que a instituição e ele próprio assumiam. E gostava do que fazia. O trabalho forense em representação da diocese e a conezia a que acedeu foram então apenas episódios que o não desviaram desse objectivo.

5. Inicia-se aqui a fase primeira de intervenção cívica, postulada entre 1956 e 1964.

Neste decurso, o seu contributo foi, em grande parte, o de catalisador do pensamento da Igreja e da sua Doutrina Social para algum mundo coimbrão jovem de formação superior que despertava para a intervenção social e política. Munido de instrumentos intelectuais poderosos, encontrava-se em condições de falar com os universitários que não recusavam o diálogo, usando a natural capacidade de debate que o Direito instilava nos juristas.

Na qualidade de assistente eclesiástico do CADC tornar-se-ia então figura de referência junto dos que o frequentavam. Sendo o Centro um espaço de liberdade intelectual na Academia sem par na época, a oportunidade de os temas serem debatidos eram muitas. O seu papel foi o de contrabalançar a doutrina materialista que se difundia nos meios universitários com a Doutrina Social da Igreja – acrescentada de novos elementos em 1961 pela *Mater et magistra*, entre os quais a problemática da descolonização – as quais, coincidindo aparentemente em parte dos objectivos, se mostravam muito diferentes nos meios, pressupostos e caminhos. Nunca porém como correia de transmissão do poder político dominante, mas sempre como voz independente essencialmente ao serviço da Igreja, já por vezes algo incómoda como o atestam afloramentos preservados nos dossiês policiais da época.

Entre múltiplas outras iniciativas de conteúdo sócio-cultural que promoveu, ou em que colaborou e participou, abrigado entre as paredes da vetusta instituição ou fora delas, citam-se a comemoração da sublevação húngara (1956), as Jornadas do Farrapeiro (1956 e 1957), o Curso sobre problemas económico-sociais (1958), o Encontro Universitário (1959), o ciclo de conferências sobre o Concílio Ecuménico (1960), o Curso de Cultura e Preparação para a Vida (1961), a comemoração do 60º aniversário do C.A.D.C. (1961), o Curso sobre problemas económicos e sociais (1962), o encontro da Juventude (1963).

Em 1961 e 1962 verificaram-se na Academia problemas políticos de vária ordem na sequência de eleições. Governo e Academia opuseram-se com alguma violência. Consciente de que o CADC era um baluarte de tolerância intelectual que deveria ser preservado a todo o custo enquanto tal, conseguiria mantê-lo à margem da participação directa nos acontecimentos, ainda que respeitando total liberdade de cada membro intervir como entendesse –dentro dos limites da ética da instituição – sem com isso afectar a relação com o CADC. Não era senão o corolário do que pensava desde os tempos de Itália sobre liberdade de expressão e intervenção, concretizada aliás na recusa de submissão Revista do Centro – os *Estudos* – ao crivo da censura, o que a tornaria um caso singular e lhe daria a expressão que na época teve.

Assumiria outras responsabilidades durante esse tempo. Mais vocacionada para a pastoral eclesial não as referimos, limitando-nos a assinalar a sua colaboração permanente com o Correio de Coimbra como chefe de redacção e com as revistas “*Estudos*”, “*Brotéria*” e “*Lumen*”, entre outras, nas quais deixou um número muito significativo de textos de diversa natureza, alguns de forte pendor interventivo.

6. Situamos entre 1964 e 1977 a segunda fase da sua intervenção cívica.

Sagrado bispo em 1964 teve ainda a oportunidade de participar na sessão de encerramento do Vaticano II, de onde veio pleno de entusiasmo com os ventos de mudança dali oriundos, que acreditava estarem em sintonia com o mundo moderno.

Enviado de imediato para Moçambique e mais tarde Angola – ida à qual não terá sido alheia a autoria de dois extensos trabalhos universitários sobre a missão – a realidade era ali outra. O projecto em ambos os casos foi o de organizar a Igreja nas regiões que lhe eram entregues, num caso desde a própria base, no outro prosseguindo o trabalho já feito. O contexto nestes dois espaços seria porém muito diferente.

Em Moçambique o cenário era problemático. Aos factos da guerra em si, com suas atrocidades – a luta entre movimentos independentistas e o exército português estava no auge com particular veemência no Niassa – associava-se o delicado equilíbrio político entre os objectivos desenvolvimentistas e missionários da Igreja dos quais estava incumbido e o relacionamento com o Governo e em especial as forças militares no terreno. Em tal contexto as populações eram frequentemente apanhadas entre contendores e os problemas surgiam quotidianamente avolumando-se com rapidez. A Igreja era então muitas vezes a tábua de salvação dos mais fracos e a obrigação do bispo de acorrer em sua defesa ou em apoio de sacerdotes que a tinham protagonizado, seria frequentemente interpretada pelo poder político como postura anti-patriótica.

Não raro, por isso, a sua intervenção cívica assumia dimensão política, mesmo quando não intencional. Tornou-se por isso ocasionalmente uma referência a esse nível ficando na sombra a dimensão religiosa que nunca perdia de vista, sendo certo que entre as suas bandeiras estava a da tolerância inter-religiões – na qual terá sido eventualmente pioneiro na África de colonização ocidental – e a convicção de que o compromisso maior da Igreja era com o Evangelho e a defesa do oprimidos, tudo o resto passando a segundo plano. Inequivocamente, porém, a certeza de que mais cedo ou mais tarde só uma solução política resolveria definitivamente a questão e que esta arrastaria em si um desvio de pendor democrático, não deixava de a ter presente no espírito. A não preparação tempestiva de uma solução a esse nível seria, aliás, uma das suas mágoas.

A estadia em Angola, menos agreste, foi predominantemente de cariz organizador. Ali assistiria à revolução democrática em Portugal. Três anos mais tarde de lá sairia para a Sé Bracarense.

7. Situamos entre 1977 e 1999 a terceira segunda fase da sua intervenção cívica.

Investido no governo da Arquidiocese bracarense numa fase ainda precoce da transição democrática no país, sucedendo a um prelado que havia sido fortemente agredido na sua dignidade pessoal e eclesiástica por forças populares descontroladas ou veladamente controladas, acusado – e através dele, o clero – de colaboracionismo com o anterior regime ou de pouco entusiasmo pela mudança. Assim se preparava uma intervenção mais funda numa região tida por especialmente conservadora, intervenção que em outros locais do país fazia mais facilmente o seu caminho. A imagem que o novo Bispo trazia de África ajudou-o certamente a posi-

cionar-se neste terreno pedregoso, na medida em que era mais difícil confrontar alguém com um passado marcado por divergências com o *statu quo* anterior, ainda que ocorrido num quadro essencialmente religioso.

O seu papel na Arquidiocese, para além da incidência pastoral de matriz essencialmente eclesiástica, seria então o de tentar manter a Igreja como força homogénea actuante num terreno claramente democrático, intervindo sempre que necessário e ao seu alcance, no estabelecimento de pontes entre intervenientes. Sem participar directamente na política mas sem deixar de a ter permanente em observação.

A opção que se colocava nesse momento no país, para a generalidade, não era já entre o revivalismo anterior à Revolução e a democracia, mas antes entre modelos sociais em confronto apresentados pelas partes como democráticos, embora de facto o conceito ínsito em cada um fosse absolutamente incompatível. A opção pela democracia representativa, cujas linhas assimilara por racionalidade quando da estadia em Itália, era a única que se lhe colocava, mas mesmo aí quando olhava em redor o terreno não se afigurava aplainado. Não só a democracia popular tinha adeptos não negligenciáveis na população local – a despeito de a sua Diocese existir em área do país predominante conservadora – em especial sob variantes minoritárias muito activas, como subsistiam ainda pólos sociais que duvidavam da vantagem da nova realidade, mesmo sob forma representativa, face à pré-revolucionária. Junto do próprio clero, em especial em extractos mais jovens, algum activismo existia também, neste caso mais próximo daquela do que desta vertente.

A agressividade latente esbater-se-ia pelo decurso do próprio tempo e pela intervenção política a nível central, cada vez mais estruturada, acabando por dar lugar à estabilidade democrática dominante. Na sua Diocese a Igreja colaborara fortemente na ultrapassagem de alguns sobressaltos e dentro dela a figura atenta de Dom Eurico Dias Nogueira não fora vector de menor peso, embora então, ao contrário do que se passara em Coimbra e Moçambique, frequentemente de modo pouco visível. Seria este o seu último contributo para o Estado Democrático em Portugal.

8. Entre 2000 e 2010, na condição de Arcebispo Emérito, ocupar-se-ia essencialmente a escrever e a organizar elementos da sua vida. Os anos posteriores, à medida que as suas capacidades se esvaíam, passou-as a aguardar o chamamento final ocorrido em 2014.